



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Direito e Sociedade

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Direito e Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D598	Direito e sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Direito e Sociedade; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-442-9 DOI 10.22533/at.ed.429190507 1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série. CDD 340.115
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Direito e Sociedade – Vol. 01** – corresponde a uma coletânea que reúne vinte e cinco capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade e que, direta ou indiretamente, encontram ecoar no contexto jurídico. A atualidade pede a cada um de nós uma maior atenção para os atos individuais e coletivos, privados e públicos, de modo a sempre voltar atenções para a coletividade, esta que permanece a ter o seu bom desenvolvimento minorado pelos anseios essencialmente marcados pela primazia do particular em detrimento do geral. Deste modo, e tomadas por essa premissa de ações sociais que encontram diálogo com o meio jurídico, aqui estão selecionadas contribuições que, se assim podemos delimitar, englobam temáticas de direitos fundamentais – personalidade, moradia, saúde, trabalho e outros –, extensão e educação.

Partindo para os capítulos, temos:

- **DIREITO E LITERATURA: APONTAMENTOS ACERCA DA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA**, de Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, propõe um estudo a respeito da permissibilidade ou não da publicação de biografias não autorizadas a partir de um enfoque marcado na interdisciplinaridade, o que possibilita um diálogo entre os estudos jurídicos e os estudos literários.
- **A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS**, de Daniela Lavina Carniato, discute a eficácia dos direitos humanos na seara privada e a influência da principiologia presente no constitucionalismo como maneira de estabelecer um novo olhar nas relações entre particulares.
- O direito a construir uma nova vida social sem o peso do contínuo rememorar sempre condenatório da culpa do passado está presente em **DIREITO AO ESQUECIMENTO: A DIGNIDADE DOS “EX- PRESIDÁRIOS” E SUAS FAMÍLIAS**, de Luciano Lavor Terto Júnior, que, ao evocar a dignidade da pessoa humana, apresenta o direito ao esquecimento como sendo este a ferramenta capaz de dar uma nova oportunidade de retomada de uma vida social para aquele que outrora errou e pagou pela sua conduta reprovável.
- **A INTERNET DAS COISAS NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DE UMA SOCIEDADE UBÍQUA**, de Alberto Mateus Sábato e Sousa, aborda a necessidade de proteger os direitos fundamentais diante das problemáticas trazidas pela modernização, esta marcada com a evolução da informatização e com o desenvolvimento da Internet das Coisas.
- Marcado no crescimento desordenado dos espaços urbanos está **A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO ESTRATÉGICO DE BOA VISTA**, de Bruna Rodrigues de Oliveira,

Rodrigo Ávila e Sued Trajano, que, ao destinar atenção para a realidade de Boa Vista, acaba por abranger uma problemática em que orbita a maioria dos municípios brasileiros.

- Outro embaraço que permeia a realidade de nossas cidades e que corresponde responsabilidade do poder público em zelar diz respeito à moradia, esta lacuna é dialogada em **EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE DE AREIA**, de Daniela Campos Libório e Mariana Vilela Corvello, ao passo que indica como direito humano não apenas ter um espaço físico para residir, mas sobretudo ter qualidade e dignidade para desenvolver as suas habilidades enquanto sujeito de direitos.
- **DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL**, de Juliana Caixeta de Oliveira, frisa o acesso à água como um direito humano do indivíduo, sendo uma temática que versa não somente sobre escassez de abastecimento, mas que atinge também aos casos de enchentes e alagamentos.
- **AS AFIRMATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DA LEI 12.711/2012**, de Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra, Rômulo Soares Cattani, Maria Paula da Rosa Ferreira, Thomaz Delgado de David e João Antônio de Menezes Perobelli, envolve considerações sobre a democratização do ensino promovido por meio do aparato constitucional contemporâneo, além de prestar atenção na importância das políticas de ações afirmativas para esse regular desenvolvimento, posto que essas aludidas ações permitem a inclusão de sujeitos que antes restavam marginalizados ao processo.
- Rememorando a obra de destaque de Orwell e estabelecendo um paralelo com depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, **ENTRE O FATO E A FANTASIA: A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E A OBRA 1984, DESFAZENDO A ILUSÃO POR TRÁS DOS REGIMES DITATORIAIS**, de Giulia Alves Fardim e Rafael Carrano Lelis, retrata, por meio do diálogo entre direito e literatura, o desrespeito aos direitos humanos por ações de instituições estatais que, mediante o seu ofício primeiro, deveriam promover e incentivar o cumprimento das legislações nacionais e internacionais no tocante ao tema.
- Uma parcela de militares nacionais foi decisiva para a não participação brasileira na Guerra da Coreia, esse é o debate trazido por **MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**, de Ricardo Santos da Silva, que trata de violações de direitos humanos que foram disparadas contra estes militares pelo fato de serem alinhados com a esquerda.
- Alcançando a temática da saúde, **MENDIGANDO SALUD: PROBLEMÁTICA**

CA DE ATENCIÓN EN SALUD – PERSONAS PRIVADAS DE LA LIBERTAD, de Elsa Carolina Giraldo Orejuela, expõe, fundado na realidade colombiana, como é a relação entre atenção à saúde e a situação de pessoas que cumprem pena em regime de privação de liberdade.

- Também contemplando saúde e realidade prisional, mas agora alicerçado do prisma brasileiro, temos **DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS E A TEORIA DA TRANS-NORMATIVIDADE**, de Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira, que analisa a condicionante de isolamento prolongado e rigoroso, próprio dos presídios federais, para a saúde mental dos detentos.
- **A PÍLULA DO MILAGRE: O CASO DA FOSFOETALONAMINA SINTÉTICA**, de Rodrigo Cerqueira de Miranda, alude, com base na fosfoetilonamina sintética, de substâncias que, mesmo sem registro científico, restam utilizadas e pleiteadas judicialmente por indivíduos que acreditam na eficácia desses preparos.
- Saúde e ocupação laboral encontram espaço em **RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS IMPACTOS CAUSADOS POR EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA**, de Susan Costa, Manoel Baltasar Baptista da Costa e Hildebrando Herrmann, que enfoca a exposição aos agrotóxicos como fator extremamente perigoso e fomentador de riscos ocupacionais para aqueles que trabalham na atividade agrícola.
- Em **CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**, de Cláudia Glênia Silva de Freitas e Jackeline Maciel dos Santos, há o cuidado de pautar o trabalho escravo baseado nas atuais compreensões sobre o tema, bem como observando a realidade do Estado de Goiás, o sétimo estado brasileiro no ranking de trabalhadores encontrados em situação semelhante à escravidão.
- Gilberto Freyre é recordado em **“A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”**: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL quando Camila Rodrigues da Silva e Thiago Henrique de Almeida Bispo examinam os abusos e experiências vivenciadas relatadas por empregadas domésticas na comunidade “Eu, Empregada Doméstica” hospedada na rede social Facebook.
- **REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E OS PREJUÍZOS DA FLEXIBILIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: ANÁLISE DA VALORIZAÇÃO DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO**, de Marcelo Gomes Batestrin e Jales Ferreira das Neves, salienta para a violência neoliberal que a legislação trabalhista enfrenta nos últimos anos no território nacional e a consequente supressão de direitos sociais anteriormente conquistados.

- (Re)construção das unidades familiares após o enfrentamento no Poder Judiciário corresponde ao fator principal da abordagem trazida em **O PROJETO DE EXTENSÃO “FALANDO EM FAMÍLIA” EM NÚMEROS: OS BENEFÍCIOS DO CONSENSO QUANDO OS LAÇOS MATRIMONIAIS SE ROMPEM**, de Dirce do Nascimento Pereira, Dheiziane da Silva Szkut, Isadora de Souza Rocha, Mariana Vargas Fogaça e Zilda Mara Consalter, ao apresentar a composição dos conflitos como mecanismo mais eficaz para minimizar as tensões familiares e resguardar vulneráveis dos embates que ocorram.
- Oriundo das atividades de extensão que dialogaram sobre controle social democrático, Andressa Kolody, Dan Junior Alves Nolasco Belém e Emilie Faedo Della Giustina analisam, em **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO**, refletem criticamente os contributos dos projetos Controle social: estudos e vivências no município de Guarapuava e Democracia e controle social: perspectivas e vivências no município de Guarapuava-PR para a comunidade local.
- Ao ressaltar que o superendividamento corresponde a um dos incômodos da atualidade, Vanessa Trindade Nogueira, Alexandre Reis e Fernanda Pires Jaeger, em **CLÍNICA DE FINANÇAS: EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL DE CUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO**, enfatizam o auxílio do mencionado projeto de extensão para reorganização financeira daqueles atendidos.
- **JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO**, de Flávia Maria Lourenço da Costa, Mayara Felix Sena Nunes e Wesley Werner da Silva Nunes, aponta a aplicação da metodologia da justiça restaurativa como adoção capaz de minimizar a ocorrência de comportamentos violentos em realidade escolar.
- A escola como ambiente potencializador do exercício de cidadania é explicado em **FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA, JUVENTUDES E GÊNERO: DO LEGAL AO REAL EM ESCOLAS PAULISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**, de Matheus Estevão Ferreira da Silva e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, com suporte na compreensão e proposta de igualdade de gênero.
- Em **EDUCAÇÃO E ESCOLA NA FILOSOFIA DE SÓCRATES A PARTIR DA REFLEXÃO CORPO E ALMA**, Aline Carla da Costa e Cláudio Roberto Brocanelli discorrem o pensamento corpo e alma dentro da realidade escolar.
- Em decorrência do elevado quantitativo de conteúdos que versam sobre direito e literatura no âmbito dos encontros do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), precisamente no grupo de trabalho Direito, Arte e Literatura, Pedro do Amaral Fernandez Ruiz e Iara Pereira

Ribeiro buscam o estabelecimento de uma sistematização de resultados e de produção desses estudos em **PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO E LITERATURA NO BRASIL**.

- Alcançando a relação direito e arte, marcada agora na música, temos, em **DIREITO E ARTE: A APRECIÇÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO**, de Rui Carlos Dipp Júnior e Leilane Serratine Grubba, o aporte musical como estratégia e ferramenta didático-pedagógica para o ensino jurídico.

Dentro desse imenso arcabouço que une **Direito e Sociedade**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITO E LITERATURA: APONTAMENTOS ACERCA DA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA	
<i>Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905071	
CAPÍTULO 2	18
A INCIDÊNCIA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS	
<i>Daniela Lavina Carniato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905072	
CAPÍTULO 3	29
DIREITO AO ESQUECIMENTO: A DIGNIDADE DOS “EX- PRESIDIÁRIOS” E SUAS FAMÍLIAS	
<i>Luciano Lavor Terto Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905073	
CAPÍTULO 4	41
A INTERNET DAS COISAS NA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DE UMA SOCIEDADE UBÍQUA	
<i>Alberto Mateus Sábatto e Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905074	
CAPÍTULO 5	53
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, O DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO ESTRATÉGICO DE BOA VISTA	
<i>Bruna Rodrigues de Oliveira</i>	
<i>Rodrigo Ávila</i>	
<i>Sued Trajano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905075	
CAPÍTULO 6	66
EFETIVIDADE DO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE PORTO DE AREIA	
<i>Daniela Campos Libório</i>	
<i>Mariana Vilela Corvello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905076	
CAPÍTULO 7	76
DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL	
<i>Juliana Caixeta de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4291905077	
CAPÍTULO 8	89
AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA INTERPRETATIVA CONSTITUCIONAL DA LEI 12.711/2012	
<i>Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra</i>	

Rômulo Soares Cattani
Maria Paula da Rosa Ferreira
Thomaz Delgado de David
João Antônio de Menezes Perobelli

DOI 10.22533/at.ed.4291905078

CAPÍTULO 9 95

ENTRE O FATO E A FANTASIA: A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E A OBRA *1984*, DESFAZENDO A ILUSÃO POR TRÁS DOS REGIMES DITATORIAIS

Giulia Alves Fardim
Rafael Carrano Lelis

DOI 10.22533/at.ed.4291905079

CAPÍTULO 10 113

MILITARES EM REVOLTA: MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO CONTEXTO DA GUERRA DA COREIA (1950-1953)

Ricardo Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.42919050710

CAPÍTULO 11 123

MENDIGANDO SALUD: PROBLEMÁTICA DE ATENCIÓN EN SALUD- PERSONAS PRIVADAS DE LA LIBERTAD

Elsa Carolina Giraldo Orejuela

DOI 10.22533/at.ed.42919050711

CAPÍTULO 12 136

DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL À SAÚDE NOS PRESÍDIOS FEDERAIS BRASILEIROS E A TEORIA DA TRANSNORMATIVIDADE

Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira

DOI 10.22533/at.ed.42919050712

CAPÍTULO 13 150

A PÍLULA DO MILAGRE: O CASO DA FOSFOETALONAMINA SINTÉTICA

Rodrigo Cerqueira de Miranda

DOI 10.22533/at.ed.42919050713

CAPÍTULO 14 161

RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS IMPACTOS CAUSADOS POR EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS À SAÚDE HUMANA

Susan Costa
Manoel Baltasar Baptista da Costa
Hildebrando Herrmann

DOI 10.22533/at.ed.42919050714

CAPÍTULO 15 177

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS

Cláudia Glênia Silva de Freitas

CAPÍTULO 16 190

“A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA”: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE VIDA DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

Camila Rodrigues da Silva

Thiago Henrique de Almeida Bispo

DOI 10.22533/at.ed.42919050716

CAPÍTULO 17 201

REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E OS PREJUÍZOS DA FLEXIBILIZAÇÃO/PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES EMPREGATÍCIAS: ANÁLISE DA VALORAÇÃO DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO

Marcelo Gomes Balestrin

Jales Ferreira das Neves

DOI 10.22533/at.ed.42919050717

CAPÍTULO 18 215

O PROJETO DE EXTENSÃO “FALANDO EM FAMÍLIA” EM NÚMEROS: OS BENEFÍCIOS DO CONSENSO QUANDO OS LAÇOS MATRIMONIAIS SE ROMPEM

Dirce do Nascimento Pereira

Dheiziane da Silva Szekut

Isadora de Souza Rocha

Mariana Vargas Fogaça

Zilda Mara Consalter

DOI 10.22533/at.ed.42919050718

CAPÍTULO 19 230

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO

Andressa Kolody

Dan Junior Alves Nolasco Belém

Emilie Faedo Della Giustina

DOI 10.22533/at.ed.42919050719

CAPÍTULO 20 241

CLÍNICA DE FINANÇAS: EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL DE CUIDADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO

Vanessa Trindade Nogueira

Alexandre Reis

Fernanda Pires Jaeger

DOI 10.22533/at.ed.42919050720

CAPÍTULO 21 248

JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NESTE PROCESSO

Flávia Maria Lourenço da Costa

Mayara Felix Sena Nunes

Wesley Werner da Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.42919050721

CAPÍTULO 22	256
FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA, JUVENTUDES E GÊNERO: DO LEGAL AO REAL EM ESCOLAS PAULISTAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>Matheus Estevão Ferreira da Silva</i> <i>Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050722	
CAPÍTULO 23	268
EDUCAÇÃO E ESCOLA NA FILOSOFIA DE SÓCRATES A PARTIR DA REFLEXÃO CORPO E ALMA	
<i>Aline Carla da Costa</i> <i>Cláudio Roberto Brocaneli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050723	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO E LITERATURA NO BRASIL	
<i>Pedro do Amaral Fernandez Ruiz</i> <i>Iara Pereira Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050724	
CAPÍTULO 25	293
DIREITO E ARTE: A APRECIÇÃO MUSICAL COMO SUPORTE AO ENSINO JURÍDICO	
<i>Rui Carlos Dipp Júnior</i> <i>Leilane Serratine Grubba</i>	
DOI 10.22533/at.ed.42919050725	
SOBRE O ORGANIZADOR	300

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SERVIÇO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO

Andressa Kolody

Universidade Estadual do Centro Oeste,
Departamento de Serviço Social. Guarapuava-PR

Dan Junior Alves Nolasco Belém

Universidade Estadual do Centro Oeste,
Departamento de Serviço Social. Guarapuava-PR

Emilie Faedo Della Giustina

Escola de Serviço Social da Universidade Federal
Fluminense, Departamento de Serviço Social.
Niterói-RJ

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados da experiência extensionista do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste sobre a temática do controle social democrático. As atividades foram desenvolvidas em dois projetos: Controle social: estudos e vivências no município de Guarapuava e Democracia e Controle Social: perspectivas e vivências no município de Guarapuava-PR e foram estruturadas em doze ações, durante um período de 38 meses, tendo estas alcançados um público de 486 pessoas de diferentes segmentos da comunidade. As propostas tiveram como enfoque o estímulo à participação da sociedade nas decisões da gestão pública e para alcançar os objetivos os procedimentos operacionais foram: divisão em subgrupos de trabalho; encontros semanais, realização de

estudos e socialização de vivências; supervisão direta; planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção; produção de sínteses sobre o conhecimento construído. Além da forte inserção comunitária, as experiências tiveram impacto direto na formação de 27 acadêmicos, afirmando a importância da extensão como estratégia potencial na construção de processos educativos totalizantes no âmbito do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Democracia. Controle Social. Extensão Universitária.

ABSTRACT: This article aims to present the results of the university extension experience of the Department of Social Work of the Universidade Estadual do Centro-Oeste, on the theme of social control and democracy. The activities were developed in two projects: “Social control: studies and experiences in the city of Guarapuava” and “Social Control and democracy: perspectives and experiences in the city of Guarapuava-PR”. The activities were structured in twelve actions over a period of 38 months, with a public of 486 people from different segments of the society. The proposals focused on stimulating the participation of civil society in public management decisions. In order to achieve the objectives, the operational procedures were: division into subgroups of

work; weekly meetings of studies and socialization of experiences; direct supervision from the professors; planning, execution and evaluation of projects; and elaborations of papers. Besides the insertion of the civil society in the actions on social control, the experiences had a direct impact on the training of 27 academics, affirming the importance of University Extension as a potential strategy in the construction of totalizing educational processes in Social Work.

KEYWORDS: Social service. Democracy. Social Control. University Extension.

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo refletir criticamente acerca da extensão universitária, por meio do relato de uma experiência extensionista singular. Para tanto, o texto está estruturado de forma que apresenta uma breve fundamentação teórica acerca das principais categorias que balizaram as reflexões e intervenções desenvolvidas no projeto (participação e controle social democrático). Na sequência, apresenta-se um relato da experiência extensionista, com destaque para a metodologia de trabalho desenvolvida e os resultados obtidos pelas ações. Evidencia-se, por fim, que práticas extensionistas contribuem na formação de profissionais críticos e competentes, bem como no cumprimento da função pública da universidade.

A composição de ações de controle social na perspectiva do Serviço Social, tem como finalidade contribuir para construção de uma cultura política democrática, movimento necessário para o alargamento da esfera pública, fortalecimento das instâncias de participação política, ampliação do acesso às políticas sociais e responsabilização do Estado na garantia de direitos.

Orientado por esse pressuposto, a atuação do/a assistente social, com vistas ao controle social, junto aos diversos segmentos da sociedade civil, encontra sentido no fortalecimento da organização política de sujeitos coletivos, assim como os Observatórios Sociais, os quais podem se configurar como espaço estratégico para a atuação profissional, se orientados pela defesa da democracia e dos direitos humanos.

O projeto de extensão Democracia e Controle Social: perspectivas e vivências no Município de Guarapuava-PR, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em parceria com o Observatório Social de Guarapuava, desenvolveu suas atividades no decorrer de três anos (mai/2013 a jul/2016), teve como objeto de intervenção o controle social democrático e principal enfoque o estímulo à participação da sociedade nas decisões da gestão pública.

As atividades foram estruturadas em 12 (doze) ações, tendo alcançado um público estimado de 486 pessoas de diferentes segmentos da comunidade. Nesse período, envolveu 27 estudantes do curso de Serviço Social, funcionou como campo de estágio curricular obrigatório para 07 acadêmicos/as e atuou junto a diferentes segmentos: acadêmicos/as da Unicentro, alunos/as do ensino médio, usuários/as do Sistema

Único de Saúde (SUS) e organizações da sociedade civil guarapuavana. Além da forte inserção comunitária, as experiências tiveram impacto direto para a formação de futuros/as assistentes sociais, afirmando a importância da extensão como estratégia potencial na construção de processos educativos totalizantes no âmbito do Serviço Social.

As ações foram viabilizadas a partir de parcerias com a 5ª Regional de Saúde de Guarapuava, Ouvidoria Municipal de Guarapuava, Instituto Virmond, Diretório Central de Estudantes da Unicentro, Colégio Estadual Professora Leni Marlene Jacob, Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, Estudantes Secundaristas de Guarapuava, Departamento de Ciências Contábeis.

O estudo e reflexão crítica acerca das principais categorias teóricas que balizaram a compreensão da realidade, bem como a elaboração das intervenções, permearam todo o desenrolar da proposta extensionista (conforme fundamentação teórica apresentada no próximo item). Do que se destaca a perspectiva de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assumida pela equipe coordenadora do projeto e, a partir da qual, foi elaborada a metodologia de execução.

As propostas de intervenção desenvolvidas no âmbito do projeto tiveram como enfoque o estímulo à participação da sociedade nas decisões da gestão pública e, para alcançar os objetivos, os procedimentos operacionais foram: divisão em subgrupos de trabalho; encontros semanais para realização de estudos e socialização de vivências; supervisão direta dos coordenadores; planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção; produção de sínteses sobre o conhecimento construído. O detalhamento da metodologia de execução do projeto de extensão, juntamente dos principais resultados obtidos, estão apresentados na sequência do texto.

Destaca-se, por fim, a indubitável contribuição que a prática extensionista pode promover tanto com relação ao processo de formação dos/as estudantes, quanto com a comunidade local que abriga a Universidade. Considera-se que as vivências possibilitaram compreender a importância da atuação nesta área, reconhecer esse campo como espaço propício para a construção de novas relações entre Estado e sociedade civil e atuação do Serviço Social, bem como fortalecer a interpretação crítica da realidade de modo a estreitar a relação entre universidade e comunidade.

2 | CONTROLE SOCIAL DEMOCRÁTICO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O controle social democrático, estabelecido na Constituição Federal de 1988 e legislações ordinárias, constitui-se como um projeto para novas relações entre Estado e sociedade civil. Em contestação ao modelo de Estado centralizador e autoritário brasileiro, fortalece-se o consenso pela busca da democratização, que pode se consubstanciar pelos espaços de participação política. Esses mecanismos de participação da sociedade civil se propõem a interferir nas decisões do poder público

por meio do exercício do controle social democrático. Trata-se de uma estratégia para que o Estado seja cada vez mais permeável às necessidades sociais. Para isso, é preciso ampliar o grau de publicidade sobre o tema e as experiências existentes, de forma a confrontar as tendências ao corporativismo e fortalecer o aprendizado da difícil construção do interesse público, confrontar e fortalecer, para que se ampliem as chances de socialização da política, da vocalização, expressão e incorporação pelo Estado de um número cada vez maior de interesses.

Nos termos de Kolody (2011) e Giustina (2013), produto da mobilização da sociedade civil durante o processo de redemocratização, os mecanismos de controle social democrático foram implementados a partir da década de 1990, e buscam corrigir históricas injustiças sociais acumuladas pelo Estado centralizador e autoritário brasileiro. Para isso, foram definidos importantes dispositivos com relação à descentralização do poder federal e democratização das políticas sociais, de modo que esse novo pacto federativo potencializa o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas.

Em se tratando das categorias controle social e participação, ambas têm sido influenciadas por diferentes matrizes teóricas, o que lhes atribui conteúdos e práticas antagônicos. Práticas que são atravessadas pela cultura política local, que muitas vezes resiste aos processos de controle social da coisa pública, desqualificando o potencial das práticas de controle social na disputa pela construção democrática.

Os temas da participação e do controle social trazem, em si, um forte conteúdo ideológico, possibilitando diferentes concepções e manifestações na vida prática, as quais trazem consigo seus respectivos projetos societários. Embora o ideário a favor da participação se manifeste de maneira consensual, o debate teórico a respeito dessas categorias se faz necessário para um entendimento mais profundo desses processos participativos, adensados a partir da Constituição de 1988.

Para Giustina (2013), a legitimação da participação e do controle social se constrói sobre esses distintos fundamentos, os quais não apenas convivem lado a lado, mas também estruturam a disputa de significados quanto à natureza da democracia em construção. Ou seja, o confronto e oposição que caracterizavam as relações entre Estado e sociedade civil, no período da resistência contra a ditadura, cedem lugar para uma postura de negociação, aberta a uma atuação conjunta sob o estigma da participação da sociedade civil.

Bravo (2009), defende que é preciso ampliar cada vez mais o debate sobre as concepções de participação e de controle social e socializar as práticas desenvolvidas de modo a qualificar o exercício do controle social e enfrentar as contradições no cenário das relações de força.

A concepção de participação defendida nos anos 1980 é a gestão nas políticas através do planejamento e fiscalização pela sociedade civil organizada. Ou seja, a interferência política da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas na área social. Trata-

se da ampliação dos sujeitos sociais na democratização do Estado brasileiro, tendo no horizonte uma nova relação Estado-sociedade com a ampliação dos canais de participação direta (BRAVO, 2009, p. 395).

O controle social, enquanto direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, a partir do princípio da participação popular, pretende ampliar a democracia representativa para a democracia participativa.

Este é um dos elementos constitutivos de uma 'esfera pública' ampliada e democrática, ou seja, as novas formas de controle social elevam as possibilidades de gestão participativa, através de um cidadão ativo, qualificado para interferir na gestão, privilegiando aquilo que é público, o bem e o interesse comum (BRAVO, 2009, p. 396).

A participação almejada relaciona-se com um compromisso à cidadania, podendo ser apropriada pelos sujeitos com vistas ao controle social democrático. Para Simionatto (2004), essa participação pode se processar por meio da sociedade civil empreendida como arena de convencimento, de agregação, de superação de interesses corporativos e particularistas, de articulação das diferentes lutas parciais e cotidianas, que podem ser universalizadas em direção à construção da vontade coletiva.

Muito embora historicamente e hegemonicamente o controle social seja materializado pelo Estado ou empresariado, em uma perspectiva coercitiva sobre a população, a partir dos processos de redemocratização, o controle social passa a portar um projeto para novas relações entre Estado e sociedade, de modo que ao segundo cabe a responsabilidade de controlar o primeiro.

Assim é que o controle social passa a portar um novo significado. Significado esse que abrange a construção de uma sociedade democrática e propõe alterações na relação entre Estado e sociedade civil. Logo, a objetivação do controle social democrático pressupõe que haja descentralização do Estado em direção à sociedade, para que ele controle e fiscalize o poder público. Como observa Rocha (2009):

Esse processo de mudanças é fruto do contexto de luta e mobilização dos mais diversos segmentos sociais e entidades da sociedade civil, organizados, a partir da década de 1970, em prol da conquista de melhores condições de vida e da necessidade de democratização do Estado. Com a abertura política brasileira, ocorrida nos anos de 1980, que inicia o processo de ruptura com o poder autoritário e centralizado do regime militar (vigente até então), intensifica-se esse ideário participacionista, em que os mais diversos setores organizados da sociedade buscavam construir formas e encontrar instrumentos capazes de influenciar as administrações públicas no país (ROCHA, 2009, p. 4 e 5).

Em uma conjuntura de refluxo e cooptação da sociedade civil, muitos são os desafios para que o controle social democrático se efetive. Os desafios vão desde a instrumentalização das concepções de controle social e de participação da sociedade civil, até a falta de reconhecimento da importância das práticas de controle social para constituição de novas relações entre Estado e Sociedade Civil.

É nesse contexto, e sob a ótica do controle social democrático, que o Projeto de Extensão e o Observatório Social de Guarapuava (OSG) se propuseram, enquanto sujeitos coletivos, a estimular a participação da sociedade civil nas decisões do Estado, uma vez que o controle social não se limita à instituição legal dos mecanismos.

Indiretamente as ações, com vistas a efetivar o controle social democrático, interferem na vida de toda população, uma vez que, a fiscalização e participação da sociedade civil, no processo dos gastos públicos e da própria gestão, podem converter-se à população em políticas sociais e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de universalização do acesso a direitos. Trata-se de um processo para a ampliação do acesso às políticas sociais e responsabilização do Estado na garantia de direitos, aspectos condicionantes e estruturantes das relações sociais.

2.1 Relato da Prática Extensionista

Considerando que o trabalho dos Observatórios Sociais assume características específicas em cada localidade, a equipe do projeto iniciou seus trabalhos a partir do reconhecimento da realidade, desvelando as características e potencialidades de fortalecimentos das práticas de controle social do Observatório Social de Guarapuava (OSG).

Os procedimentos operacionais, pelos quais a equipe desenvolveu seus trabalhos, foram: i) divisão em subgrupos de trabalho; ii) encontros mensais de estudos de socialização de vivências; iii) supervisão direta dos professores coordenadores; iv) planejamento, execução e avaliação de projetos de intervenção; v) produção de sínteses sobre o conhecimento construído.

A *divisão da equipe do projeto em subgrupos de trabalho* (i) teve como ponto de partida o reconhecimento da realidade, das características e potencialidades das práticas de controle social, a partir da atuação extensionista. Conforme demonstra o Quadro 1, uma vez manifestadas as afinidades dos acadêmicos, cada grupo delimitou seus objetivos e atividades.

FRENTES DE TRABALHO	OBJETIVOS
Monitoramento da Lei de Acesso à Informação e	Avaliar e monitorar as ações voltadas ao cumprimento da Lei Federal nº. 12.527/2011.
Controle Social na Unicentro	Fortalecer as ações de Controle Social na Unicentro.
Educação Fiscal	Promover o debate acerca do controle social, com ênfase na participação na vida comunitária.
Mapeamento das OSCs	Mapear as Organizações da sociedade civil de Guarapuava-PR.
Observatório Social	Fortalecer as práticas de controle social do Observatório Social de Guarapuava

Quadro 1 - Frentes de Trabalho

Fonte: Relatório de Atividades.

Encontros de estudos e socialização de vivências (ii) foram realizados

mensalmente e se constituíram em espaços para debates sobre as categorias: extensão universitária, Estado, sociedade civil, democracia, participação e controle social. O requisito para a atividade foi o estudo das referências indicadas e a apresentação de um resumo sobre as atividades desenvolvidas pelos subgrupos de trabalho. Essa troca, a problematização e a reflexão, favoreceram o diálogo entre as vivências e os fundamentos teóricos, metodológicos, éticos e operativos, possibilitando a análise do objeto de intervenção em uma perspectiva de totalidade, bem como a composição de sínteses.

Pressupondo que a *supervisão* (iii) auxilia no desenvolvimento do projeto político-profissional do/a acadêmico/a, estabeleceu-se uma dinâmica de acompanhamento sistemático pelos coordenadores com encontros semanais. Essa prática contribuiu para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo e, conseqüentemente, investigar, planejar e executar propostas qualitativas com vistas à composição de respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão.

O *desenvolvimento dos planos de ação e/ou projetos* (iv) ocorreu por meio da divisão de subgrupos, que previa ações sistematizadas e específicas de cada frente de trabalho. Destaca-se como resultado desse processo o aprendizado dos/as extensionistas sobre o reconhecimento da realidade que circunda o objeto de intervenção, a delimitação dos objetivos e de ações, bem como o aprendizado sobre a proposição de metodologias compatíveis com as características de cada público-alvo.

No período de atividade do projeto foram desenvolvidas 12 propostas de intervenção, conforme especifica o Quadro 2.

INTERVENÇÃO REALIZADA	PÚBLICO ALVO	RESULTADOS OBTIDOS
Reflexões sobre a Educação Fiscal	Acadêmicos do Serviço Social	- Reconhecimento das possibilidades de atuação do Serviço Social no âmbito dos Observatórios. - Aprofundamento do estudo da temática.
Dia Mundial de Combate à Corrupção	Transeuntes na Rua XV de novembro	- Publicização da temática e das instâncias de controle social.
Diálogos sobre o Controle Social	Discentes do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde	- Fortalecimento da participação social.
Diagnóstico sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.	Municípios da Região de abrangência	- Produção do Relatório LAI SOCIAL. *Disponível em: http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2015/1/pdf/00272743.pdf
Controle Social: desafios e perspectivas	Comunidade Acadêmica e comunidade externa	- Sensibilização dos participantes sobre a importância da participação e do controle social; - Socialização das práticas de controle social desenvolvidas no âmbito do município.

Se liga, a decisão é sua	Estudantes da 1ª série do Colégio Est. Prof. Leni Marlene Jacob.	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo à participação no espaço escolar; - Ampliação do conhecimento sobre direitos; - Fortalecimento do Grêmio Estudantil do Colégio.
Participar para mudar		
Vem participar, vamos democratizar.		
Ouvidoria estadual e municipal de saúde.	Usuários do SUS	<ul style="list-style-type: none"> - Desconstrução de mitos sobre a Ouvidoria; - Orientação da utilização do mecanismo e sua importância para a efetivação do direito à saúde. - Estímulo da participação do usuário no controle social;
Ouvidoria Hospitalar		
Fortalecimento dos Centros Acadêmicos (CAS) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).	Membros dos CAs e do DCE da Unicentro.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de conhecimentos e experiências dos estudantes; - Contribuição para a publicização dos processos de tomada de decisão na Unicentro; - Fortalecimento dos CAs.
Encontro das organizações da sociedade civil	OSCs de Guarapuava	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do mapeamento das organizações da sociedade civil de Guarapuava; - Promoção de espaço de diálogo e reflexão crítica acerca da atuação da sociedade civil;

Quadro 2 – Ações desenvolvidas e Resultados Obtidos

FONTE: Relatório de atividades.

Pode-se dizer que os estudos, as reflexões e o desenvolvimento de práticas de controle social, associados a supervisões diretas, potencializam a construção de significados, a interlocução com as perspectivas teóricas e ético-política, favorecem o aprimoramento de habilidades técnico-operativas e a produção de saberes.

Considerando que a produção de conhecimento possibilita a ampliação das ações profissionais e estimula a interação dialógica entre a equipe e os membros do Observatório Social de Guarapuava, os/as acadêmicos/as foram incentivados a participar de eventos que tivessem relação com a temática. Desse modo, a *divulgação científico-acadêmica* (v) foi realizada partindo da submissão de trabalhos em eventos científicos.

Entende-se que esse movimento possibilitou ampliar as habilidades e competências dos/as acadêmicos/as, sobretudo, no que diz respeito à relação entre teoria e prática, bem como contribuiu para a vocalização de uma cultura política democrática e para a publicização das vivências extensionistas.

Em síntese, as ações de intervenção alcançaram uma estimativa de 486 pessoas de diferentes segmentos. Tendo sido produzidos 18 trabalhos científicos (resumos e artigos) e possibilitando o aprofundamento do debate sobre o tema no âmbito do curso de Serviço Social, com a produção de 8 Trabalhos de Conclusão de Curso.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de intervenção do Serviço Social tem proporcionado aos/as acadêmicos/as a articulação de conteúdos teóricos, metodológicos, políticos e éticos, o que contribui para formação do perfil profissional exigido para o exercício da profissão. A inserção gradativa dos/as acadêmicos/as em processos sociais, com vistas à ampliação da democracia, contribui, também, para o cumprimento do papel social da Universidade pública e favorece a apropriação da responsabilidade cidadã, no que tange ao controle social do Estado.

Os desafios para atuação do/a assistente social nesse campo vão desde a cultura política do município de Guarapuava, que muitas vezes resiste aos processos de controle social da coisa pública, quanto à falta de reconhecimento das práticas de controle social enquanto mecanismo potencial para constituição de novas relações entre Estado e Sociedade Civil.

Observa-se, ainda, certa resistência em reconhecer essa área de intervenção (a extensão) como campo de atuação do Serviço Social. Esses aspectos são condicionantes e atravessam as ações profissionais, reconfigurando o objeto de intervenção da profissão. Contudo, o projeto profissional do Serviço Social está organicamente conectado à democratização das relações sociais; logo, as temáticas do controle social e da participação vêm sendo estudadas e discutidas pela categoria profissional, o que instrumentaliza a proposição de ações nessa área e fortalece a disputa pela construção democrática nos termos do projeto progressista.

Além disso, o projeto de formação profissional estabelecido pelas Diretrizes Curriculares (1996), estrutura-se em princípios como a indissociabilidade entre teoria e prática e a articulação entre formação e exercício profissional, dada a dimensão interventiva da profissão. Em síntese, as dimensões investigativa e interventiva são tomadas como condição central da formação e da relação teoria-realidade, realizadas por meio da interlocução entre ensino/pesquisa/extensão.

A relação entre os conteúdos apreendidos no meio acadêmico só se materializa em contato com a realidade com a prática, pois “[...] a teoria almeja o conhecimento da constituição do concreto, entretanto, esse concreto tem sua gênese na prática, é nela que se expressam as determinações do objeto” Por isso, embora apresentem dimensões diferenciadas elas “[...] estabelecem uma relação de unidade” (SANTOS, 2010, p. 27).

A partir da extensão, o/a acadêmico/a tem a possibilidade de relacionar teoria e prática, uma vez que, ao reconhecer as demandas, o/a estudante tem, na teoria, os elementos que lhe possibilitam apreender o objeto de ação, o movimento e a direção desse objeto, as contradições em presença e as possibilidades de intervenção.

De acordo com Guerra (2009), o maior desafio apresentado ao/a assistente social é o de atuar sobre a realidade, pois é na realidade que deve identificar e se apropriar criticamente das demandas apresentadas ao exercício profissional, reconfigurando-as

e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente, do ponto de vista dos compromissos assumidos pela categoria com a sociedade brasileira, expressos no nosso projeto ético-político profissional.

O reconhecimento da realidade é fundamental para o profissional do Serviço Social, pois ele deve ter “[...] o conhecimento mais aproximado possível da realidade social na qual atua, de maneira contínua, provisória, histórica, de modo que deve desenvolver sua dimensão teórico-metodológica” (GUERRA, 2009, p. 86).

A extensão tem o potencial de viabilizar ao/a acadêmico/a a possibilidade de compreensão e exercício desse compromisso, se constituindo uma possibilidade concreta de apreensão e materialização dos princípios do projeto ético-político do serviço social, pelo exercício de reflexão-ação-reflexão.

A aproximação dos/as estudantes com a sociedade proporciona a construção de uma intervenção refletida, com uma finalidade a ser atingida, que vai além da mera execução de ações, pois busca consolidar ações críticas e conscientes. Entendendo a dinamicidade da atuação profissional do/a assistente social, as atividades extensionistas proporcionaram aos/as acadêmicos/as o exercício da autonomia, pois viabilizam a eles a leitura da realidade e o planejamento das ações, percebendo-se como profissionais.

De modo geral, pode-se afirmar que o desenvolvimento desse projeto de extensão contribuiu para vivenciar, problematizar, produzir conhecimento sobre o controle social e estabelecer diálogos com as diferentes concepções e práticas de controle social no município de Guarapuava, atendendo, assim, ao objetivo geral da proposta extensionista.

Além do alcance dos objetivos propostos, o projeto possibilitou um aprofundamento do vínculo das ações desenvolvidas pelo Observatório Social de Guarapuava com a profissão de Assistente Social, pois, diante da necessidade de contratação, a entidade parceira da proposta extensionista decidiu contratar uma estudante egressa do projeto para continuar o desenvolvimento de suas atividades.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I. S. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diretrizes Curriculares**, 1996.

GIUSTINA, E. F. D. **A participação da sociedade civil e a questão da segurança alimentar e nutricional em Guarapuava-PR.** Ponta Grossa, 2013 Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais Aplicadas Universidade Estadual de Ponta Grossa.

GUERRA, Y. **O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas.** In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (Orgs.). A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento. V. I. São Paulo: Veras Editora, 2009, p. 79-106.

KOLODY, A. **Conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente de Guarapuava/PR: A sociedade civil e o controle social**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. **Manual de Implantação e Operacionalização de um Observatório Social**. 2011. Disponível em: http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/uploadAddress/OSB_Manual_vf%5B37696%5D.pdf. Acesso em 08.12.2018 às 19h.

RELATÓRIO FINAL. **Projeto de extensão 'Controle Social: socialização e vivências no município de Guarapuava'**, 2013.

ROCHA, R. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. In. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1n. 11. São Luiz/M, 2009. Disponível em: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114. Acesso em: 08.12.2018 às 19h20.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas nas relações entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **ORCID:** orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-442-9

